



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL n. 04/2021 – PROCESSO n.º 09/2021

EDITAL

*Sob a regência da Lei de Licitações n. 8.666, de 21 de junho de 1993
E suas alterações introduzidas pela Lei n. 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94*

COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET			
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS , visando aquisições futuras destinados aos diversos setores da municipalidade.			
Razão Social			
CNPJ		Inscrição Estadual	
Endereço		Número	Bairro
Cidade		Estado	CEP
E-mail			
Telefone		Fax	
Pessoa para contato			

Recebemos, através de acesso a página www.joaoramalho.sp.gov.br nesta data, cópia do Edital da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2021

(Assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 09/2021

PROCESSO nº 04/2021

DATA DA REALIZAÇÃO:..... 09/06/2021 – 13h30min

LOCAL: Sala de Licitações na Sede da Prefeitura Municipal

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, visando aquisições futuras destinadas aos diversos setores da municipalidade.

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de João Ramalho, com sede à Rua Benedito Soares Marcondes nº 300 – Centro – João Ramalho SP, através do seu Prefeito Municipal o senhor **ADELMO ALVES**, portador da cédula de identidade nº 19.724.25 e CPF. 120.265.028-70 torna público que encontra-se aberta, nesta Prefeitura Municipal, licitação na modalidade **PREGÃO (presencial)**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, visando aquisições futuras destinados aos diversos setores da municipalidade, nos termos do Anexo I do presente Edital, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002, Decreto Municipal nº. 555, de 05 de maio de 2006, Decreto Municipal nº. 1.115, de 18 de setembro de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº. 147, de 07 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Licitações no prédio da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Benedito Soares Marcondes nº 300, em João Ramalho-SP, será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, independente de nova comunicação.

I - DO OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, visando aquisições futuras destinadas aos diversos setores da municipalidade, conforme especificações constantes do folheto descritivo que integra o presente Edital.

1.1 - O objeto da presente licitação está estimado em R\$ 47.028,75 (Quarenta e sete Mil e Vinte e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

II - DA PARTICIPAÇÃO:

1 - Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

1.1 - A licitante que preencha os requisitos legais para qualificação como **MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido no inciso I do artigo 45 da lei citada, deverá declarar sua condição de **(ME) ou (EPP)** conforme anexo V, parte integrante deste Edital.

III - DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de proprietário ou sócio, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;

b) tratando-se de representante, a declaração, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 - O representante legal deverá identificar-se no ato do credenciamento exibindo documento oficial de identificação.

3 - Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração pública deverão ser apresentados fora dos Envelopes nºs 1 e 2.

2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

Razão Social da proponente

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

SETOR DE LICITAÇÕES

Envelope nº 1 - Proposta - Pregão Presencial nº ___/2021

Razão Social da Proponente

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

SETOR DE LICITAÇÕES

Envelope nº 2 - Habilitação - Pregão Presencial nº ___/2021

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

1 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

a) nome, endereço, CNPJ e inscrição Estadual;

b) número do Pregão;

c) descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Edital;

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; (Inciso II – art. 28 LF 8.666/93).

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais; (Inciso III – art. 28 LF 8.666/93).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem; (Inciso III – art. 28 LF 8.666/93).

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; (Inciso IV – art. 28 LF 8.666/93).

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir. (Inciso V – art. 28 LF 8.666/93)

1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

1.2 – REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas(CNPJ);

b) prova de regularidade, em plena validade, para com:

- Fazenda Federal: consistindo em Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, de tributos e contribuições federais e Certidão de quitação da dívida da união, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

- Fazenda Estadual: consistindo em Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, relativa ao ICMS da sede do Licitante; será aceita a Certidão emitida diretamente pelo Posto Fiscal estadual, bem como a obtida através do site www.dividaativa.pge.sp.gov.br.

- Fazenda Municipal: consistindo em Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, referente aos tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da Lei, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data de encerramento desta licitação, se outro prazo não constar da Certidão.

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - consistindo em certidão negativa de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (artigo 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93), obtida através do site www.tst.jus.br com data de expedição.

1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação de empresas expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data de encerramento desta licitação, se outro prazo não constar na certidão.

1.4 OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) **Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº 42.911, de 06/03/1998**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração pública.

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

2.1 – A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via *internet*, com data de expedição não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da data do encerramento da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos;

2.1.1 – A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;

2.1.2 – As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32, da Lei nº 8.666/93, no ato da abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao Representante Legal presente.

3 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

3.1 – No local, data e horário constantes do preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

3.2 – Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo do Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

3.3 – A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

3.3.1 – No tocante aos preços, as propostas serão julgadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.3.2 – Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

3.4 – As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

3.5 – O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

3.5.1 – A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

3.5.2. – Para efeito de seleção será considerado o preço unitário por item.

3.6 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 0,01 (Hum Centavo), aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances, incidirá sobre o preço unitário de cada item.

3.7 – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

3.8 – Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

3.8.1 – Na hipótese de que a proposta ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte seja até 5% (cinco por cento) superior à de menor preço apresentada por empresa sem essas características, a licitante tipificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

3.8.2 - Se houver empate dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela primeira poderá exercer a preferência em apresentar nova proposta.

3.8.3 - O exercício do direito de preferência somente será apresentada se a melhor proposta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

3.8.4 - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual cujas propostas se encontre conforme subitem 3.8.1 do presente edital.

a) Na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e não configurado a hipótese prevista no subitem 3.8.1, será declarada a melhor oferta, a proposta originalmente vencedora da fase de lances.

3.9 – O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

3.10 – Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

3.10.1 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

3.11 – Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

3.11.1 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

3.12 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante à condições habilitatórias estipuladas neste edital.

3.12.1 – Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos; ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

3.12.1 – A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

3.12.2 – A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

3.13 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item VI e subitens do item VI, o Pregoeiro se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral apresentado.

3.14 – Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

3.15 – Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

3.15.1 – Na hipótese de o primeiro colocado for caracterizado como microempresa ou empresa de pequeno porte e houver restrição quanto a comprovação da regularidade fiscal, o Pregoeiro suspenderá a sessão e concederá 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura para contrato, ou revogar a licitação.

4 – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

4.1 – No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

4.2 – A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

4.3 – Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4.4 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

4.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

4.6 – A adjudicação será feita por item.

4.7 – Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:

4.7.1 – Somente serão válidas razões de recurso, bem como os documentos originais protocolados e devidamente assinados por seus representantes, na Secretaria da Prefeitura Municipal de João Ramalho, na Rua Benedito Soares Marcondes, nº 300 – Centro – João Ramalho-SP, no horário de expediente, ou seja, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

4.7.2 – Não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor das citadas razões de recurso.

5 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início a partir do primeiro dia útil após a sua publicação.

6 - DAS CONTRATAÇÕES

6.1 - Os fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

6.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6.3 - Quando da necessidade de contratação, a Prefeitura Municipal, consultará o Setor de Licitações e Compras para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

6.4 - Com as informações do Setor de Licitações e Compras, será convocado o fornecedor indicado, celebrando o contrato ou instrumento equivalente.

6.5 - Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sob pena de a contratação não se concretizar.

6.6 - Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

6.7 - O fornecedor deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao órgão contratante para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente.

7 – DAS SOLICITAÇÕES, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

7.1 O objeto da presente licitação deverá ser fornecido parceladamente de acordo com a necessidade e solicitação do Setor competente.

7.2 O objeto, será solicitado, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, através de telefone ou e-mail e mediante emissão de requisição do setor de compras;

7.3 Após requisição da contratante, a detentora da Ata de Registro de Preços terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar do recebimento do pedido, para efetuar o fornecimento solicitado.

7.4 Na hipótese de substituição, a detentora da Ata de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

7.5 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

7.5.1 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.6 A entrega do objeto da presente licitação, deverá ser efetuada na Rua Clovis Dias Valentes, nº 384 – Centro, Almoixerifado, Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços de Infra-Estrutura, em João Ramalho-SP

7.7 O presente edital está vinculado à proposta da CONTRATADA e ao processo nº **09/2021**.

7.8 O avençado não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela DETENTORA DA ATA, sem autorização por escrito do ÓRGÃO GERENCIADOR, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

7.9 Em nenhuma hipótese será admitido o atraso no fornecimento do objeto contratado.

7.10 A DETENTORA DA ATA terá de cumprir o prazo de entrega pactuado e:

a) Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos;

7.11 A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início a partir do primeiro dia útil após a sua publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

8 – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. – De conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros, a Administração projetará prazos de pagamento para até 30 (trinta) dias a partir da data de entrega da nota(s) fiscal(is) / Fatura(s) devidamente atestada(s) pelo Setor Competente.

8.2. – A Prefeitura Municipal de João Ramalho efetuará os pagamentos na Modalidade Transferência Bancária através de DOC (Documento de Ordem de Crédito / TED (Transferência Eletrônica Disponível) em nome da Contratada, exclusivamente no Banco do Brasil.

8.3. – Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura Municipal, o valor devido será atualizado, da data de vencimento à do efetivo pagamento, pela variação da TR – Taxa referencial, calculada pro rata die.

9 – DA ATUALIZAÇÃO/REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

9.1. – O preço é fixo, garantindo-se, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do Artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.1.1 - Considerando que os preços dos itens podem sofrer alterações tanto para mais quanto para menos, obriga-se a contratada a informar no caso de redução do preço, de modo a evitar prejuízos a Administração Pública.

10 – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 – A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Poder Público, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93, e multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

10.3 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

10.3.1. – advertência;

10.3.2 – multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

10.3.3 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.3.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 10.3.3 desta Cláusula.

10.3.5 – as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

10.3.5.1 – das sanções estabelecidas no item 10.3, subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da Contratada;

10.3.5.2 – da sanção estabelecida no item 10.3, subitem 10.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;

10.4 – O atraso injustificado no fornecimento, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86, da Lei nº 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida.

10.5 – Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 7.4 e 7.5.1 deste Edital;

10.5.1 – a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 10.3 e subitens deste Edital.

10.6 – As sanções previstas nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.

10.7 – O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

10.7.1 – não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

11 – DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

11.1 – Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão e o prazo de 3 (três) dias úteis para a Administração responder à impugnação, Lei 8.666/93 – Art. 41- § 1º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

11.1.1 – As petições deverão ser protocoladas junto a Secretaria da Prefeitura Municipal de João Ramalho, sito na Rua Benedito Soares Marcondes, nº. 300, Centro, João Ramalho/SP, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 03 (três) dias úteis.

11.1.2 – Acolhida a petição contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11.1.3 – Em caso de alteração no texto do Edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

11.2 – Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:

11.2.1 – somente serão válidos os documentos originais, os quais deverão ser protocolados na Secretaria da Prefeitura Municipal de João Ramalho, sito na Rua Benedito Soares Marcondes, nº. 300, Centro, João Ramalho/SP, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min;

11.2.4 – não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

12.2 – De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.

12.2.1 – As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria Ata.

12.3 – Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

12.4 – O Comunicado de Abertura de Licitação, bem como resultado do presente certame será divulgado através de publicação na imprensa oficial e no Átrio da Prefeitura Municipal de João Ramalho.

12.5 – Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados, através de publicação imprensa oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

12.6 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.

12.7 – Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

12.8 – A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.

12.9 – Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procurados pelo interessado na Prefeitura Municipal de João Ramalho, sito na Rua Benedito Soares Marcondes, nº. 300, Centro, João Ramalho/SP, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, telefax (18) 3998-1107.

João Ramalho-SP, 25 de maio de 2021.

ADELMO ALVES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA PROCESSO LICITATÓRIO N.º 09/2021. Pregão Presencial n.º 04/2021.

1. OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTICIOS, visando aquisições futuras destinados aos diversos setores da municipalidade

2. CARACTERÍSTICAS:

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Médio Unit.
01	100	Pct/lata	Achocolatado em pó instantâneo, vitaminado, preparado a partir de matérias primas sãs, limpas e isentas de matéria terrosa, parasitos, detritos animais, cascas de semente de cacau e outros detritos vegetais com a composição básica: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizantes. Que forneça os seguintes nutrientes por 20g de Produto: NUTRIENTE PARA CADA 20 g Valor calórico 74 Kcal Carboidratos 17 g Proteínas 0,7 g Gorduras totais 0 g Gorduras saturadas 0 g Gorduras <i>trans</i> não contém Fibra Alimentar 1,2 g Sódio 29 mg Cálcio 150 mg Ferro 2,1 mg Magnésio 33 mg Vitamina B ₁ 0,36 mg Vitamina B ₂ 0,39 mg Niacina 4,8 mg Vitamina B ₆ 0,39 mg Vitamina B ₁₂ 0,72 µg Ácido Pantotênico 1,5 mg Biotina 9 µg Com aparência de pó fino de cor marrom, sabor e cheiro característicos, com validade mínima de 12 meses, embalados em lata de folha de flandres com verniz sanitário, peso líquido de 400 grs na embalagem.	3,50
02	500	Pct	Açúcar cristal contendo no mínimo 98,3% de sacarose livre de umidade e fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais e vegetais com aparência cor, cheiro próprio do tipo de açúcar com embalagem primária de saco de polietileno atóxico, resistente termossoldado, contendo peso líquido de 5kg, no rótulo da embalagem deverá conter informações do produto: classificação, marca, nome endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade	14,27
03	450	Gl	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafão fabricado em resina virgem, com tampa de pressão e lacre, contendo 20 (vinte) litros, com validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega, sem vasilhame.	12,09



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

04	140	Fr	Água mineral; natural sem gás; acondicionada em garrafa pet, tampa c/rosca e lacre; contendo 500 ml, validade 11 meses a contar da data da entrega; pacote com 12 unidades; suas condições deverão estar de acordo com o (dec.3029 de 16/04/99) e (rdc n°274, de 22/09/2005) e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	1,15
05	12	Pct	Arroz agulhinha tipo 1 beneficiado e polido , com no mínimo 80% de grãos inteiros, medindo , isento de matéria terrosa , parasitos, detritos animais e vegetais. Não podendo ser utilizado no polimento, óleos minerais ou outras substâncias resinosas ou graxas não comestíveis com validade mínima de 6 meses, em emb. de polietileno atóxico, resistente, termossoldado, contendo peso líquido de 5 kg sendo que no rótulo das embalagens deverá conter de forma clara as seguintes informações: identificação do produto, inclusive marca nome e endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, nº de registro em órgão competente.	22,25
06	100	Pct	Bala Mastigável , sabor Framboesa, pacote com 600 gr, tipo 7 Belo	9,03
07	100	Pct	Biscoito doce tipo maizena produzido a partir de matérias primas são e limpas sem corante, isenta de matéria terrosa, parasitos e de detritos animais e vegetais, tendo em sua composição básica os seguintes elementos: farinha de trigo fortificada, açúcar, gordura vegetal, amido de milho, sal, aroma artificial e estabilizante lecitina de soja. Com aparência, cor, odor e sabor próprios. Bem assadas, sem cobertura e recheios. Validade mínima de 12 meses com embalagem primária dupla lacrada com peso líquido de 400g .	3,59
08	100	Pct	Biscoito doce sem recheio sabor coco , tipo rosquinha: embalagem primária de 500g de polietileno transparentes impermeáveis e lacrados. Embalagem secundária em caixas de papelão. O biscoito deverá estar em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais. Não podem apresentar excesso de dureza, biscoitos quebradiços. Ingredientes: Amido, açúcar, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fécula de mandioca, ovo, margarina, gordura vegetal, leite em pó, sal refinado, fermentos químicos pirofosfato ácido de sódio, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio e aromatizante. Porção de 30g: 120 calorias, 24g de carboidratos, 1,0 g de proteínas. Data de fabricação na embalagem. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.	5,03
09	100	Pct	Biscoito água e sal produzido a partir de matérias primas são e limpas, sem corante, isenta de matéria terrosa, parasitos e de detritos e animais vegetais, tendo em sua composição básica os seguintes elementos: farinha de trigo fortificada, gordura vegetal, amido de milho, extrato de malte, sal, açúcar invertido fermento, acidulante ácido láctico. Com aparência, cor, odor e sabor próprios, Bem assadas, validade mínima de 12 meses com embalagem primária dupla lacrada com peso líquido de 400 grms .	3,49
10	1.000	Pct	Café torrado e moído produzido a partir de grãos torrados procedentes de espécies vegetais genuínos, são e limpos, contendo no máximo 01% de impurezas(cascas, paus, e etc.): pó homogêneo fino, cor variando de castanho claro ao castanho escuro, sabor e odor próprios. Validade mínima de 6 meses. Embalagem: primária própria com peso líquido de 500 gramas, embalado à vácuo. Deverá constar no rótulo do produto classificação marca, nome, endereço do fabricante data de fabricação com registro no órgão competente com selo de pureza	7,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

			ABIC ou comprovação de qualidade atestada por outros laboratórios credenciados junto à Secretaria Estadual de Agricultura	
11	100	Un	Creme de leite UHT Embalagem de 200 gramas , sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada, não amassada, sem 4,93necessidade de refrigeração. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, a procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, número de registro no Ministério da Agricultura/SIFR/DIPOA. Prazo de validade mínimo de 06 meses contados da data de entrega.	2,99
12	800	Cx	Erva Mate beneficiada, composta de folhas de erva mate tostada para a infusão, sem corantes artificial, com no mínimo de 70% de folhas e no máximo 10% p/p de umidade isenta de sujidade parasitos ou larvas com aparência de folhas claras hastes secos cheiro e sabor próprios validade mínima de 12 meses embalagem primária de caixa de papelão fino acondicionada internamente em saco de papel impermeável contendo peso líquido de 250 grms com rótulos de acordo com a legislação vigente contendo todas as especificações do produto e registro em órgão competente.	4,93
13	480	Un	logurte integral , Sabores diversos, com consistência cremosa ou líquida, acondicionada em embalagem de saco plástico de polietileno de alta densidade (PEAD), contendo até 1LT . Contendo: soro de leite pasteurizado, leite pasteurizado, açúcar, polpa de fruta, fermento lácteo, e estabilizantes. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, ingredientes, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	7,20
14	240	Un	Gelatina – pó para gelatina : sabores variados. Com a simples adição de água e após resfriamento adquire aspecto e consistência gelatinosa. Embalagem de polietileno com 35gr . Ingredientes: açúcar, gelatina em pó, emulsificante, vitamina a, c e e, acidulante ácido fumárico, regulador de acidez citrato de sódio, aromatizante, edulcorantes ciclamato de sódio e sacarina sódica, corantes tartrazina e amarelo crepúsculo. Não contém glúten. Data de fabricação na embalagem. Validade de 6 meses a partir da data de entrega do produto.	1,14
15	100	Un	Leite condensado , Produzido com leite integral, açúcar e lactose, acondicionado em embalagem de 395 g , que deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto e atender as especificações técnicas da ANVISA e Inmetro. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto.	4,93
16	360	L	Leite UHT Integral , Leite de vaca, sem adulterações, integral, com mínimo de 3% de gordura ou teor original, líquido, cor branca, odor e sabor característicos, acondicionado em embalagem longa vida UHT em caixa cartonada, de 1 litro , validade até 4 meses. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção.	4,11
17	50	Un	Maionese , De boa qualidade, composta por água, óleo vegetal, ovospasteurizados, amido modificado, vinagre, açúcar, sal, suco de limão, acidulante ácido láctico, estabilizante goma xantana,	3,02



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

			conservador ácido sórbico, sequestrante edta cálcio dissódico, corante páprica, aromatizante e antioxidantes ácido cítrico, bht e bha. Não contém glúten .Embalagem 500 gr . Porção de 12 gr: 40 kcal.																											
18	700	Pote	<p>Margarina vegetal com sal de acordo com a NTA 02 e 50. Fabricada a partir de matérias-primas selecionadas com os seguintes ingredientes básicos: óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite em pó reconstituído, sal, vitamina A, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos e lecitina de soja, conservadores: sorbato de potássio e benzoato de sódio, acidulante ácido cítrico, antioxidante: EDTA, TBHQ e BHT, aroma idêntico ao natural de manteiga, corantes naturais de urucum e cúrcuma e corante beta caroteno sintético idêntico ao natural, e que forneça os seguintes nutrientes em 10g:</p> <table><thead><tr><th>NUTRIENTE</th><th>PARA CADA 10 G DO PRODUTO</th></tr></thead><tbody><tr><td>Valor calórico</td><td>72 Kcal</td></tr><tr><td>Carboidratos</td><td>0 g</td></tr><tr><td>Proteínas</td><td>0 g</td></tr><tr><td>Gorduras totais</td><td>8,0 g</td></tr><tr><td>Gorduras saturadas</td><td>2,0 g</td></tr><tr><td>Gorduras <i>trans</i></td><td>0 g</td></tr><tr><td>Gorduras Monoinsaturadas</td><td>2,0 g</td></tr><tr><td>Gorduras Poliinsaturadas</td><td>3,7 g</td></tr><tr><td>Colesterol</td><td>0 g</td></tr><tr><td>Fibra Alimentar</td><td>0 g</td></tr><tr><td>Sódio</td><td>60 mg</td></tr><tr><td>Vitamina A</td><td>45 mcg</td></tr></tbody></table> <p>Livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Validade mínima de 6 meses. Embalagem: pote plástico contendo peso líquido de 500 grms. rotulagem: de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: identificação do produto, inclusive a classificação e a marca, nome e endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido, nº do registro no órgão competente: empilhamento máximo para armazenamento.</p>	NUTRIENTE	PARA CADA 10 G DO PRODUTO	Valor calórico	72 Kcal	Carboidratos	0 g	Proteínas	0 g	Gorduras totais	8,0 g	Gorduras saturadas	2,0 g	Gorduras <i>trans</i>	0 g	Gorduras Monoinsaturadas	2,0 g	Gorduras Poliinsaturadas	3,7 g	Colesterol	0 g	Fibra Alimentar	0 g	Sódio	60 mg	Vitamina A	45 mcg	4,55
NUTRIENTE	PARA CADA 10 G DO PRODUTO																													
Valor calórico	72 Kcal																													
Carboidratos	0 g																													
Proteínas	0 g																													
Gorduras totais	8,0 g																													
Gorduras saturadas	2,0 g																													
Gorduras <i>trans</i>	0 g																													
Gorduras Monoinsaturadas	2,0 g																													
Gorduras Poliinsaturadas	3,7 g																													
Colesterol	0 g																													
Fibra Alimentar	0 g																													
Sódio	60 mg																													
Vitamina A	45 mcg																													
19	60	Pct	Milho de pipoca , Produto proveniente de matéria-prima de boa qualidade. Acondicionado em embalagem plástica de 500 gramas , contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	3,56																										
20	50	Un	Molho pronto tradicional de tomate peneirado concentrado. Composição: Tomate, cebola, sal, açúcar, amido, óleo vegetal, salsa, realçador de sabor glutamato monossódico e aromatizantes. Sache de 340 grs , com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido, c/ registro do Ministério da Saúde.	1,33																										
21	30	Un	Óleo de soja , preparado a partir de grãos de soja são e limpos, sem conservantes, livre de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais com validade mínima de 12 meses, embalados em vasilhames pets com volume de 900 ml . Rotulagem de acordo com a legislação vigente contendo todas as especificações do produto e registro em órgão competente.	8,12																										
22	100	Pct	Pirulito Mastigável , sabor logurte de Morango, formato retangular, com cabo plástico tipo canudo, pacote 600 gramas, tipo Yogurt 100	9,26																										



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

23	600	Pet	Refrigerante , bebida não alcoólica, não fermentada, gaseificada, composto por água, açúcar, dióxido de carbono, corante e aromas naturais, envasado em garrafa pet, 2000 ml, vários sabores. Equivalente à Coca-Cola, Fanta, Funada	3,19
24	5	Pct	Sal iodado refinado de mesa composto de cristais brancos com granulação uniforme, fino, com anti – umectante, contendo sal de iodo não tóxico de acordo com a legislação vigentes específica, livre de impurezas, validade mínima de 12 meses embalagem saco de polietileno atóxico resistente termossoldado contendo peso líquido de 1 kg .	1,48
25	50	Un	Sardinhas em conserva , Elaborado com pescado íntegro, fresco, limpo, eviscerado, previamente submetido a inspeção sanitária, sem escamas, sem espinhas, conservadas em óleo comestível, com sal. Livre de matéria terrosa, de parasitos, larvas e de detritos animais e vegetais. Não apresentando cheiro ardido ou rançoso. Validade mínima de 12 meses. Embalagem primária lata de folha de flandres com verniz sanitário, fechada e esterilizada com peso líquido de 250 gr , rotulagem de acordo com a legislação vigente contendo todas as especificações do produto e registro em órgão competente.	8,13
26	4.000	Pct	Suco , apresentação pó, sabores sortidos, tipo artificial, colorido artificialmente, adoçado, com rendimento de 1 litro, peso líquido 25 gramas, tipo Tang	1,42
27	200	Cx	Suco de fruta , tipo néctar, sabores variados, envasado em caixa longa vida, com 1000 ml, com abertura para servir, tampa de pressão ou rosca. Tipo Del Valle	5,68

3– PRAZO DE ENTREGA:

As entregas previstas deverão atender aos pedidos formulados pelo setor de compras atendendo ao setor solicitante, na data indicada no pedido.

4 – LOCAL DE ENTREGA:

A entrega do objeto da presente licitação, deverá ser efetuada na Rua Clovis Dias Valentini, nº 384 – Centro, Almoxarifado, Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços de Infra-Estrutura, em João Ramalho-SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

DECLARAÇÃO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

Processo Licitatório nº. ___/20__

Pregão Presencial nº. ___/20__

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº __ __, nesta ao representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação exigidos.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 20__

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

DECLARAÇÃO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

Processo Licitatório nº. ___/20__

Pregão Presencial nº. ___/20__

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, nesta ao representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar qualquer ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 20__

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

DECLARAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

Processo Licitatório nº. ___/20__

Pregão Presencial nº. ___/20__

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, nesta ao representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 20__

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO V

DECLARAÇÃO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

Processo Licitatório nº. ____/20__
Pregão Presencial nº. ____/20__

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, nesta ao representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, estar enquadrado como _____ (micro empresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da Lei Complementar 123/06.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 20__

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/ME n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local e Data.

À Prefeitura do Município de João Ramalho
Edital de Pregão Presencial nº __/20__.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL

1. O prazo da validade da proposta de preços é de XXXXXXXX dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
2. As condições para pagamento: até 30 (trinta) dias.
3. Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços do objeto da presente licitação;
4. Declaro ainda estar de acordo e ciente com todas as exigências estipulada em Edital.

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Representante Legal
CNPJ da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

ANEXO VII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, onde de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO**, inscrita no CNPJ nº 46.444.790/0001-03 com sede na Rua Benedito Soares Marcondes, nº. 300 - Centro, na cidade de João Ramalho - SP, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal, o Senhor **ADELMO ALVES**, portador da cédula de identidade RG nº _____ - SSP/SP e do CPF nº _____, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, município de _____ - SP, neste ato representada pelo seu sócio, o Senhor _____, portador do RG nº _____ SSP/SP, e do CPF nº _____, adjudicatário do **PREGÃO PRESENCIAL Nº __/20__**, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, resolvem **REGISTRAR OS PREÇOS**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como a também Lei Federal nº 10.520/02, nos termos e condições das cláusulas a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O objeto desta **ATA** é o **REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, visando aquisições pelos diversos setores da municipalidade, CONFORME ANEXO I e Edital do Pregão __/20__, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, deste INSTRUMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua publicação.

2.2. – O preço é fixo, garantindo-se, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do Artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

2.2.1 - Considerando que os preços dos itens podem sofrer alterações tanto para mais quanto para menos, obriga-se a contratada a informar no caso de redução do preço, de modo a evitar prejuízos a Administração Pública.

2.3 Mesmo comprovado a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo Licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

3.1 A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 10.520/2002 e a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2 Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas da presente Ata de Registro de Preços serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado por assessor jurídico desta municipalidade.

3.4 Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº __/20__ e seus anexos, Proposta de Preços Escrita, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

3.5 Após a assinatura desta Ata de Registro de Preços, toda comunicação entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA DA ATA será feita através de correspondência devidamente protocolada.

CLÁUSULA QUARTA–SUBORDINAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

4.1 As partes se declaram sujeitas às normas previstas à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, ao Edital de Pregão Presencial nº ___/___ e às cláusulas expressas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

5.2 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

5.3 A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº ___/20___ - Processo Licitatório nº ___/20___.

5.4 A presente ata está vinculado à proposta da DETENTORA DA ATA e ao processo nº ___/20___.

CLÁUSULA SEXTA – FORNECIMENTO

6.1 O objeto da presente licitação deverá ser fornecido parceladamente de acordo com a necessidade e solicitação do Setor competente.

6.2 O objeto, será solicitado, durante o período de vigência da ata de registro de preços, através de telefone ou e-mail e mediante emissão de requisição do setor de compras;

6.3 Após requisição de compra, a DETENTORA DA ATA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento do pedido, para efetuar o fornecimento da mercadoria solicitada.

6.4 Na hipótese de substituição, a DETENTORA DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

6.5 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.5.1 Na hipótese de complementação, a Detentora da Ata deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

6.6 A entrega do objeto da presente licitação, deverá ser efetuada na Rua Clovis Dias Valentines, nº 384 – Centro, Almoxarifado, Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços de Infra-Estrutura, em João Ramalho-SP

6.8 O avençado não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela DETENTORA DA ATA, sem autorização por escrito do ÓRGÃO GERENCIADOR, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

6.9 Em nenhuma hipótese será admitido o atraso no fornecimento do objeto contratado.

6.10 A DETENTORA DA ATA terá de cumprir o prazo de entrega pactuado e:

- a) Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos;

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

7.1 No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

7.2 A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a DETENTORA DA ATA da responsabilidade de executar a Ata de Registro de Preços com toda cautela e boa técnica.

7.3 Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento da Ata, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços e na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.4 A fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

CLAUSULA OITAVA – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

8.1 As despesas decorrentes das futuras aquisições, correrão à conta da dotação específica, a saber:

020801 SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AM
20 605 0016 2114 0000 MANUT. SERV. AGRICULTURA/ABASTEC./MEIO AMBIENTE
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000 GERAL
20 122 0092 2083 0000 MANUT. DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000 GERAL
020703 VIAS E LOGRADOUROS
26 782 0088 2050 0000 MANUT. ESTRADAS RURAIS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 110.000 GERAL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
15 452 0058 2049 0000 MANUT. VIAS URNAMAS CONS. LOGR. PUBLICOS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 110.000 GERAL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
020702 AGUA E ESGOTO
17 512 0076 2048 0000 MANUT. REDE COLETORA ESGOTO SANITÁRIO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
15 453 0060 2085 0000 MANUT. TERMINAL RODOVIARIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
020701 SERVIÇOS PUBLICOS
15 452 0060 2106 0000 DESTACAMENTO DA POLICIA MILITAR
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
15 452 0060 2086 0000 MANUTEN. CEMITÉRIO, NETROTÉRIO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
15 451 0058 2100 0001 MANUTENÇÃO DA FROTA/MAQUINARIOS/IMPLEMENTOS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
15 451 0058 2100 0000 MANUT. DA SEC. DO PLANEJ., OBRAS E SERV. INFRA-ESTRUTURA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
15 451 0058 2065 0000 MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
020601 ESPORTE, LAZER E TURISMO
27 813 0007 2108 0000 FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
27 812 0091 2121 0000 MANUT. AREAS DE LAZER, ESPORTE E RECREAÇÃO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
27 812 0091 2103 0000 MANUTENÇÃO DA SEC. DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
27 811 0091 2125 0000 CAMPEONATOS COMPETIÇÕES E TORNEIOS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
27 811 0091 2120 0000 MANUT. PROJETO SESI ATLETAS DO FUTURO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
020509 CULTURA
13 392 0048 2052 0000 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
020508 TRANSPORTE ESCOLAR
12 365 0041 2104 0000 MANUT. TRANSPORTE ALUNO ENS. INFANTIL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 210.000
12 365 0041 2104 0000 MANUT. TRANSPORTE ALUNO ENS. INFANTIL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 210.000
12 361 0042 2028 0002 PNATE
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 220.000
12 361 0042 2028 0001 QMSE
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 220.000
12 361 0042 2028 0000 MANUT. TRANSP. ALUNOS ENS. FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 220.000
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 220.000
12 365 0041 2063 0000 MANUT. ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA 40% FUNDEB
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 262.000
020503 FUNDEB
12 365 0041 2042 0000 MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL CRECHE 40% - FUNDEB
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 262.000
020502 ENSINO INFANTIL
12 361 0042 2029 0001 QMSE
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 220.000
12 361 0042 2029 0000 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 220.000
12 361 0042 2029 0000 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 220.000
12 122 0042 2080 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 220.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

020501 ENSINO INFANTIL

12 365 0041 2076 0001 QMSE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 210.000

12 365 0041 2076 0000 MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 210.000

12 365 0041 2033 0002 BRASIL CARINHOSO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 210.000

12 365 0041 2033 0001 QMSE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 210.00

020407 TRANSPORTE SANITÁRIO

10 302 0075 2059 0001 TRANSPORTE SANITÁRIO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.08.00 302.006

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 302.003

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

10 305 0075 2056 0001 MANUTENÇÃO DA FROTA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 303.003

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

10 305 0075 2056 0000 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 303.004

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

020405 SECRETARIA DE SAUDE

10 303 0075 2057 0000 MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

020404 MAC – SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 302 0075 2059 0000 MANUTENÇÃO DA SAUDE NO MAC

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

020403 ESF´S- ESTRATÉGIAS SAÚDE DA FAMILIA

10 301 0075 2122 0000 EQUIPES DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

10 301 0075 2060 0003 PMAQ

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 301.008

10 301 0075 2060 0000 MANUTENÇÃO DOS ESF´S

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 310.000

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

020402 UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

10 3010075 2123 0000 MANUT. PROGRAMA SAÚDE BUCAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 310.000

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 301.009

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

10 301 0075 2061 0003 QUALIS MAIS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 301.010

10 301 0075 2061 0000 MANUTENÇÃO DA UBS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 310.000

020402 UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

10 301 0075 2061 0000 MANUTENÇÃO DA UBS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

10 122 0075 2099 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DA SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 300.001

020303 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

08 241 0081 2055 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001

020302 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

08 243 0081 2017 0000 MANUT. PROGR. CRIANÇAS E ADOLESCENTES
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001
020301 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 244 0081 2112 0000 PROJETOS/PROGRAMAS DO CRAS PARA FAMILIAS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.000 500.003
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 500.002
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001
08 244 0081 2110 0000 PROJETOS/PROGRAMAS DO CRAS PARA FAMÍLIAS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 500.003
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 500.002
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001
08 244 0081 2109 0000 MANUT. S.C.E FORTAL. VINC. ESPAÇO AMIGO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 500.003
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 500.002
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001
08 244 0081 2088 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 500.003
08 244 0081 2067 0000 MANUTENÇÃO DO CRAS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 500.002
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001
08 244 0081 2014 0000 MANUT. PROGRAMAS ASSISTENCIAIS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.05.00 500.003
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.02.00 500.002
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001
08 244 0081 2006 0000 MANUT. FUNDO SOCIAL SOLIDARIEDADE
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 500.001
020103 ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E TRIBUTOS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
04 122 0007 2087 0000 MANUT. DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E TRIBUTOS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000
04 122 0007 2013 0000 MANUT. CONSELHO TUTELAR
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.00
020101 GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 0.01.00 110.000

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 Fica registrado o percentual de desconto abaixo para os itens:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

9.2 De conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros, a Administração projetará prazos de pagamento para até 30 (trinta) dias a partir da data de entrega da nota(s) fiscal(is) / Fatura(s) devidamente atestada(s) pelo Setor Competente.

9.3 A Prefeitura Municipal de João Ramalho efetuará os pagamentos na Modalidade Transferência Bancária através de DOC (Documento de Ordem de Crédito / TED (Transferência Eletrônica Disponível) em nome da Contratada, exclusivamente no Banco do Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

9.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura Municipal, o valor devido será atualizado, da data de vencimento à do efetivo pagamento, pela variação da TR – Taxa referencial, calculada pro rata die.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA

10.1 A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início a partir do primeiro da útil após a sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Poder Público, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

11.2 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93, e multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.3 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

11.3.1. – advertência;

11.3.2 – multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

11.3.3 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.3.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA DA ATA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 11.3.3 desta Cláusula.

11.3.5 – as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

11.3.5.1 – das sanções estabelecidas no item 11.3, subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da Contratada;

11.3.5.2 – da sanção estabelecida no item 11.3, subitem 11.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

11.4 – O atraso injustificado no fornecimento, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86, da Lei nº 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.5 – Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 6.4 deste Contrato;

11.5.1 – a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 11.3 e subitens deste Contrato.

11.6 – As sanções previstas nos itens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.

14.7 – O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

14.7.1 – não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A presente ata poderá ser CANCELADA pelos motivos previstos nos art. 77, 78 e 79, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.2 O CANCELAMENTO acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, a retenção dos créditos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- NOVAÇÃO

13.1 A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados nesta ata de Registro de Preços e na Lei em geral e não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição do ÓRGÃO GERENCIADOR serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos nos Diplomas Legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Quatá – SP, como o único capaz de conhecer e dirimir as dúvidas e litígios do presente instrumento e seu objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

15.2 E por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente ata de registro de preços para os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

João Ramalho, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**XXXXXXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL**

**Xxxxxxxxxxxxxxx
Contratada**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JOÃO RAMALHO

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: João Ramalho, ... de de 2021

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: ADELMO ALVES

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 120.265.028-70



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

CNPJ/MF n. 46.444.790/0001-03

www.joaoramalho.sp.gov.br

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: ADELMO ALVES

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 120.265.028-70

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: ADELMO ALVES

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 120.265.028-70

Assinatura: _____

E-MAIL:

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: ADELMO ALVES

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 120.265.028-70

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.